

**ANTÓNIO MARTINS** CORPORATE TAX EVASION AND GOVERNMENT PERSUASION: A COMMENT ON A FISCAL MEASURE

**ELIAS SOUKIAZIS** THE CUMULATIVE GROWTH MODEL AS AN ALTERNATIVE APPROACH TO THE CONVERGENCE PROCESS: SOME THEORETICAL AND EMPIRICAL CONSIDERATIONS

**PAULO TRIGO PEREIRA / JOÃO ANDRADE E SILVA** SUBVENÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS: UM NOVO MODELO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

**ÓSCAR DOMINGOS LOURENÇO / PEDRO LOPES FERREIRA** OS CUSTOS DO ENSINO MÉDICO NO HOSPITAL: UM PRIMEIRO OLHAR QUANTITATIVO

**HERMANO RODRIGUES / MÁRIO RUI SILVA** INOVAÇÃO E *CATCHING UP* NO SECTOR BANCÁRIO EM PORTUGAL

**JOSÉ VEIGA TORRES** A HISTÓRIA COMO HERMENÊUTICA DA IDENTIDADE HUMANA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**Provas Académicas da FEUC**

Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e teses apresentadas nas provas de Agregação, Doutoramento, Mestrado.

**Provas de Agregação****Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna**

O Doutor Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, prestou provas em Economia (Estruturas Sociais da Economia) para obtenção do título de agregado, nos dias 19 e 20 de Julho de 2001, tendo sido aprovado por unanimidade. O júri, presidido pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor Fernando Manuel da Silva Rebelo, foi constituído pelos Doutores António Teixeira Fernandes (Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), João de Freitas Ferreira de Almeida (Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), Augusto Ernesto Santos Silva (Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto), José António Machado da Silva Pais (Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), Boaventura de Sousa Santos (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), João Carlos Namorado Clímaco (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), Joaquim Antero Romero Magalhães (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), João Alberto de Sousa Andrade (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), José Joaquim Dinis Reis (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

As provas constaram da discussão do *Curriculum Vitæ*, de que foi arguente o Professor Doutor António Teixeira Fernandes, da discussão do programa da disciplina de Sociedade Portuguesa Contemporânea da Licenciatura em Sociologia, de que foi arguente o Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos e da lição intitulada *Culturas Urbanas e Expressões de Cidadania*, cuja arguição esteve a cargo do Professor Doutor José António Machado da Silva Pais.

## Teses de Doutoramento

Doutoramento em Economia (Planeamento e Economia Regional)

*Desenvolvimento Industrial e Tecnológico:  
a Perspectiva da Economia Regional da  
Inovação*

**João José Soares Tolda**

O objectivo geral desta tese consiste em definir uma economia regional da inovação, ou, mais concretamente, analisar as relações entre desenvolvimento industrial e tecnológico de um espaço regional.

O reconhecimento, mais ou menos explícito, da inovação tecnológica como factor de desenvolvimento industrial tem uma longa tradição na história do pensamento económico. No entanto, este reconhecimento evoluiu de forma atribulada e, muitas vezes, equívoca. Esta tese de doutoramento procura contribuir para resolver três desses equívocos que se expressam por: (a) identificar os conhecimentos tecnológicos com informações públicas e livres geradas numa esfera alheia à economia, através de um processo linear constituído por etapas independentes (investigação fundamental, investigação aplicada, desenvolvimento experimental e aplicação produtiva); (b) apresentar o desenvolvimento tecnológico como o resultado de escolhas racionais de agentes dotados de uma ilimitada capacidade de decisão capaz de permitir um aproveitamento óptimo de recursos; (c) considerar o mercado como principal regulador da economia, subestimando factores institucionais, as especificidades dos espaços e admitindo uma hipotética convergência das economias para uma situação de equilíbrio.

A crítica dos equívocos acabados de mencionar e a leitura de perspectivas institucionalistas levou-nos a definir um quadro de análise segundo o qual a aprendizagem de conhecimentos resulta das relações internas e externas das organizações que participam em redes de competências. O funcionamento destas redes realiza-se através de um confronto entre forças estabilizadoras e renovadoras dos conhecimentos e conduz a interdependências que se institucionalizam em paradigmas tecnológicos cuja evolução é influenciada pela diversidade dos conhecimentos, pelos comportamentos dos agentes inovadores e pelas políticas de inovação.

Ora, no actual contexto internacional, verifica-se a transição de um paradigma fordista, baseado em conhecimentos relativamente simples e autónomos, para um paradigma das tecnologias de informação, baseado em conhecimentos complexos e interdependentes geradores de uma tendencial globalização do conhecimento. Esta transição é acompanhada por uma reorganização dos mecanismos reguladores ao nível internacional, nacional e regional, num contexto de crise no qual coexistem elevadas inércias institucionais e iniciativas de mudança. Esta reorganização dos mecanismos reguladores expressa-se através de dinâmicas espaciais muito divergentes e incertas que dependem, não só, da história particular de uma região, dos respectivos mecanismos reguladores específicos, bem como, das correspondentes competências em recursos humanos e em I&D. Nestas circunstâncias, consideramos como hipótese específica de trabalho a ideia de que o desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, a I&D de uma região assumem trajectórias distintas que tendem a reflectir o modo como se articula, nesse espaço, a diversidade industrial e as políticas adoptadas.

Através da pesquisa empírica da tese de doutoramento, procurámos aplicar e testar o quadro teórico que acabámos de definir, procedendo: (a) à análise das relações entre a política de inovação adoptada após a integração de Portugal na Comunidade Europeia, o desenvolvimento industrial e tecnológico de espaços com estruturas produtivas diferentes e o comportamento dos promotores da I&D; (b) à identificação da capacidade daquela política para promover a inovação e a transformação estrutural da indústria portuguesa, em geral, e da indústria da Região Centro, em particular; (c) à fundamentação de medidas conducentes a um reforço da capacidade dinamizadora da referida política de inovação.

Universidade de Coimbra, Julho de 2000



**Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas*****Single versus multiple channel strategies in financial services: a conceptual and empirical investigation*****Filipe Jorge Fernandes Coelho**

Multiple channels are becoming the rule rather than the exception in the distribution of goods and services. Despite the popularity and implications of multiple channel strategies, little is known about these distribution structures. In fact, there is a remarkable theoretical and empirical research vacuum in respect of the reasons why multiple channels of distribution emerge. Consequently, the determinants of multiple channel strategies remain an issue, virtually unexplored.

The present work is one of the first study's to address this research void. In particular, the work develops a model encapsulating a set of hypotheses on how certain factors determine the development of multiple channel strategies. Given the absence of a directly-related theoretical body of literature, the hypotheses were generated following a holistic view that considers channel design as a result of five different theoretical perspectives, which have been used in the research of other channel design and management issues. These theoretical perspectives are transaction cost economics, the literature on the organisation-environment interface, the resource and capability view of the firm, the competitive strategy field, and the traditional marketing literature on distribution channels.

To test the research hypotheses, data was collected using a structured questionnaire, personally administered, from 62 UK financial services organisations. The sample concentrated on companies dealing with (at least) one of the following products: Motor insurance, mortgages, unit trusts, and personal pensions. Logistic regression was the statistical technique utilised to assess the significance of the research hypotheses. For the testing process, two distinct classifications of channel strategies were defined. One involved the utilisation of cluster analysis to identify companies with different patterns of channel usage. This resulted in a classification of channel strategies that considers as multi-channel, only those cases where significant volumes of sales are

obtained from each one of two or more distinct channels. The second classification considers as a multi-channel strategy, any case where a product is distributed also by at least two distinct channels, but regardless of the importance of the sales obtained through each of them. These two classifications led to the identification of two different sets of relevant variables. Interactions between independent variables were also the subject of statistical analysis.

The results supported some of the hypothesised relationships and led to the identification of other significant relationships not initially predicted. In general, the statistical findings indicate that the development of a multiple channel strategy is influenced by environmental heterogeneity and volatility, market maturity, emphasis on profit goals, competitive strength, scope economies, internal channel conflict, consumer involvement and product sophistication. These insights have the potential to stimulate research into multiple channel strategies, and to make multiple channel designs a more systematic process, facilitating the development of more customer and competitor-driven distribution systems. The issues raised in this work demonstrate that there is a large scope for future research into multiple channel strategies.

Universidade de Manchester, Setembro de 2000

**Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas***Estratégias de Marketing en el Comercio Hispano-Portugués. Estudio comparativo***Fernando Manuel Pereira de Oliveira Carvalho**

As relações comerciais entre Espanha e Portugal iniciaram um período de grande crescimento a partir da adesão simultânea dos dois países à Comunidade Económica Europeia. Os valores atingidos pelo comércio bilateral são hoje de uma grande importância para os dois países. No entanto, o crescimento contínuo do défice português no comércio bilateral revela uma menor capacidade competitiva das empresas portuguesas no mercado espanhol, factor que pode diminuir a importância estratégica que o Mercado Ibérico pode ter para as empresas de ambos os países.

Utilizando variáveis-chave no processo de internacionalização das empresas, como sejam a dimensão da empresa, a experiência nos mercados internacionais, as motivações à exportação, a distância psicológica, a maturidade exportadora e a estratégia de *marketing* internacional, procuramos neste estudo, encontrar algumas explicações para a menor capacidade competitiva das empresas portuguesas.

Para isso e a partir dos resultados de um inquérito realizado por entrevista pessoal a uma amostra de 84 empresas espanholas e 87 empresas portuguesas, todas envolvidas no comércio bilateral, realizámos primeiro uma análise independente aos resultados do inquérito em cada um dos países, para centrar, finalmente, a nossa atenção na análise comparativa das características e das estratégias de *marketing* seguidas pelas empresas dos dois países.

Os resultados desta análise comparativa permitiram-nos obter algumas das razões que pensamos poderem estar por detrás da distinta capacidade competitiva das empresas portuguesas e espanholas no comércio bilateral, possibilitando assim não só uma melhor definição das estratégias competitivas das empresas portuguesas no mercado espanhol, como também um conjunto de referências que poderão apoiar a eleição das políticas nacionais de apoio à internacionalização empresarial.

Universidade de Barcelona, Março de 2001

**Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas (Ciências dos Sistemas nas Organizações)***A informação imprecisa e os modelos multicritério de apoio à decisão: Identificação e uso de conclusões robustas***Luís Miguel Cândido Dias**

Esta dissertação estuda a utilização de modelos matemáticos no apoio à avaliação de um conjunto de acções (alternativas, projectos, candidatos, consoante o contexto) definido em extensão, perante a existência de arbitrariedade, incerteza, imprecisão ou contradição acerca do valor dos seus parâmetros. Centramo-nos em modelos de avaliação multicritério, nos quais os parâmetros podem influenciar o desempenho das acções, a forma como são tratadas as diferenças de desempenho, ou a importância de cada critério na agregação dos desempenhos. Propomos que se avance no processo de decisão com informação imprecisa, podendo os decisores indicar múltiplas combinações aceitáveis de valores para os parâmetros. Existe um paralelismo entre a decisão com múltiplos critérios (sem informação imprecisa) e os problemas de decisão monocritério com informação imprecisa, que ilustraremos através do estudo do problema do caminho mais curto entre dois nós de um grafo.

Apresentamos uma metodologia para o apoio à decisão com informação imprecisa baseada na identificação de conclusões robustas, válidas para todas as combinações de valores para os parâmetros aceites pelos decisores. Trata-se de explorar as consequências da imprecisão, para encontrar os resultados que se verificam sempre, para identificar os resultados que mais são influenciados pela imprecisão e para ajudar os decisores a delimitar progressivamente aquela imprecisão. Porém, demarcamo-nos da concepção habitual da análise de robustez, ao considerarmos a imprecisão e a procura de conclusões robustas desde o início do processo de decisão, para que a análise das consequências dessa imprecisão possa influenciar o curso desse processo.

Concretizamos esta metodologia para a função de valor aditiva e para alguns métodos ELECTRE, não existindo praticamente investigação anterior no contexto da informação





imprecisa para estes últimos. A escolha destes métodos de apoio multicritério à decisão deve-se à sua representatividade, quer em termos de utilização na prática, quer em termos dos seus fundamentos e dos desafios técnicos que colocam. No estudo da função de valor aditiva, propomos a utilização de uma ferramenta computacional que se ajusta à análise de problemas de escolha segundo múltiplas perspectivas e segundo diferentes níveis de detalhe. No estudo dos ELECTRE de avaliação relativa, propomos uma análise ao nível da relação binária de prevalência entre as acções. Estudamos ainda o ELECTRE TRI (avaliação absoluta), mostrando como determinar a melhor e a pior categoria para cada acção, face à informação disponibilizada pelos decisores. Em todos estes problemas estudamos a situação em que as combinações aceitáveis de valores para os parâmetros são definidas através de restrições matemáticas, pelo que recorremos a técnicas de optimização. Tomamos como exemplos problemas reais descritos na literatura, verificando que, apesar de trabalharmos com informação imprecisa, é possível obter resultados próximos dos originais.

Universidade de Coimbra, Abril de 2001

## Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas (Investigação Operacional)

*Apoio à Decisão em Problemas de Programação Inteira e Inteira-Mista Multiobjectivo: contribuições metodológicas*

**Maria João Teixeira Gomes Alves**

Neste trabalho propusemo-nos desenvolver novas metodologias para apoio à decisão em problemas de programação linear inteira e inteira-mista multiobjectivo (PLIMO e PLIMMO). A concepção de métodos que possibilitem um apoio à decisão eficaz neste tipo de problemas depara-se com várias dificuldades, uma vez que o esforço computacional envolvido nos problemas com variáveis discretas se agrava na presença de múltiplos objectivos. Tendo em vista a concepção de abordagens interactivas, é, pois, importante que nos preocupemos simultaneamente com questões da programação matemática (relacionadas com o cálculo de soluções não dominadas do problema multiobjectivo), e com a condução do processo interactivo em que o agente de decisão tem um papel essencial.

No âmbito de um estudo teórico, começámos por abordar aspectos relacionados com o cálculo de soluções não dominadas de problemas de PLIMO/PLIMMO através da minimização da distância de Tchebycheff a pontos de referência. Desenvolvemos em seguida dois métodos interactivos de pontos de referência. O primeiro destina-se apenas a problemas de PLIMO (em que todas as variáveis são inteiras), ao passo que o segundo também se aplica a problemas de PLIMMO (em que há variáveis inteiras e variáveis contínuas). Os dois métodos diferem tecnicamente, partilhando as mesmas características de interacção com o agente de decisão. Procurámos estabelecer um protocolo simples de diálogo com o agente de decisão e reduzir o esforço computacional envolvido nas fases de cálculo de soluções não dominadas. Estes métodos são especialmente vocacionados para pesquisas direccionais, em que o agente de decisão tem apenas de indicar a função objectivo que gostaria de melhorar relativamente a uma solução prévia. Para o cálculo das soluções não dominadas seguintes é usado um processo de análise de sensibilidade que, no primeiro método, é baseado em planos de corte

e, no segundo, é baseado em branch-and-bound. A intenção é ajustar automaticamente o ponto de referência, projectando-o em seguida no conjunto das soluções não dominadas através da minimização da distância de Tchebycheff a esse ponto de referência (programa escalarizante de programação inteira ou inteira-mista). As sucessivas fases de cálculo não são independentes, tirando-se partido do cálculo anterior para a obtenção da solução seguinte. Em particular, o método baseado em branch-and-bound utiliza a anterior árvore de branch-and-bound para efectuar a análise de sensibilidade, fazendo em seguida operações de simplificação e ramificação da árvore conducentes à nova solução. Os resultados obtidos permitem-nos concluir que esta forma de proceder é eficaz na medida em que reduz o esforço computacional necessário. Desenvolvemos ainda uma abordagem baseada em meta-heurísticas para apoio à decisão em problemas multiobjectivo com variáveis binárias. Esta abordagem constitui uma extensão de algoritmos genéricos de tabu search e simulated annealing num contexto multicritério interactivo. Os métodos referidos foram integrados num sistema computacional de apoio à decisão que implementámos no ambiente DELPHI para WINDOWS 95/98.

Universidade de Coimbra, Maio de 2001

## Mestrado em Economia

*Área de Especialização: Economia Europeia*

*As relações entre a União Europeia e África no âmbito da convenção de Lomé*

### José Manuel Alferes Nunes

Em 9 de Maio de 1950, Robert Schuman, no seu discurso fundador das Comunidades Europeias, declarava que a Europa poderia, com recursos acrescidos, dedicar-se a uma das suas principais tarefas: o desenvolvimento do continente africano.

Este facto constitui, de facto, o mote para o desenvolvimento do presente trabalho, onde pretendemos analisar 40 anos do relacionamento entre a Comunidade Europeia e África, no seio dos países ACP e enquadrado pela Convenção de Lomé.

Num contexto de mudança permanente, inicia-se, com a publicação do Livro Verde, o debate generalizado sobre este instrumento jurídico que estruturou as relações Europa e os países ACP, como forma de encontrar novos dinamismos que consigam introduzir níveis elevados de eficácia neste relacionamento. A palavra de ordem parece ser consensual: ajudar as populações pobres a integrarem-se na vida económica e social e ajudar os países ACP, nomeadamente os países africanos (os mais pobres dos mais pobres) a integrarem-se na economia mundial.

Com este trabalho, pretendemos contribuir para esse processo de reflexão global, procurando colmatar uma falha evidente na pobre bibliografia em português sobre esta matéria.

A evolução histórica do relacionamento entre a Europa e os países ACP mostra que nada aconteceu de uma forma perfeitamente isolada, mas, pelo contrário, tendo em consideração o progresso e as mudanças verificadas no processo de integração europeia e a evolução do contexto internacional generalizado.

De facto, é impossível compreender a evolução do relacionamento entre estes dois blocos de países sem ter em consideração o contexto da descolonização (Associação dos PTU e Convenção de Yaoundé), ou o contexto de uma Nova Ordem Económica Internacional (modelo de Lomé), ou mesmo o contexto do





fim da Guerra Fria (Lomé IV revisto), ou ainda os efeitos da globalização (Livro Verde).

O últimos 40 anos representam uma evolução de uma parceria principalmente económica e comercial para uma cooperação mais generalizada, dentro da qual os aspectos políticos assumem importância particular.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 29 de Janeiro de 2000

### **Maria Isabel Mendes Marques**

*Política Industrial no Contexto Europeu – Fundamentos, Alcance e Limites*

A noção de política industrial é nos dias de hoje francamente distinta da que existia há 20 ou 30 anos atrás. Na Europa dos anos 60 e 70, os responsáveis políticos estavam convencidos de que a utilização de regras discriminatórias, o apoio a determinados sectores específicos e a imposição de barreiras ao comércio para proteger as empresas da concorrência estrangeira constituía a chave da prosperidade, isto é, era a melhor forma de produzir riqueza e de controlar a economia. Actualmente é amplamente reconhecido que essa perspectiva está ultrapassada.

Com efeito, em virtude da mundialização das trocas, das mutações tecnológicas, da liberalização do mercado de capitais, da concorrência exacerbada, das alianças entre empresas, e de outros factores, o ambiente em que se desenrola a actividade económica, e a própria actividade económica, mudou. Esta mudança tornou inevitável o desabrochar de uma nova perspectiva para a política industrial.

O propósito deste trabalho é, face a este contexto e às particularidades da economia europeia, não só perceber que características e que alcance pode ter a política industrial que se pratica no seio da União Europeia tendo em atenção o quadro de restrições que lhe é imposto pela própria União, mas também tentar compreender em que medida a política industrial que se desenvolve neste espaço regional se inscreve nos desenvolvimentos da teoria económica à luz dos quais é possível analisar e fundamentar a política industrial em geral, de que destacamos as falhas de mercado e as visões institucionalista e evolucionista.

Neste sentido, tentamos estabelecer num primeiro momento (primeira parte) um quadro teórico e conceptual que nos permita analisar e fundamentar a política industrial.

Num segundo momento (segunda parte), identificamos o quadro de possibilidades e limites que se impõe à política industrial que se pratica na União Europeia, assim como as orientações que presidem a esta política e confrontamos tudo isto com o quadro teórico da política industrial.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 12 de Julho de 2000

### **Sara Rute Monteiro da Silva e Sousa**

*O Alargamento da União Europeia aos Países da Europa Central e Oriental (PECO): Um desafio para a Política Regional Comunitária*

O alargamento da União Europeia aos países da Europa Central e Oriental (PECO) pode ser considerado como um dos acontecimentos mais significativo e susceptível de exercer uma forte influência nas políticas da UE, nomeadamente na política regional comunitária.

Neste trabalho, pretende analisar-se de que forma a política regional comunitária vai responder ao grande desafio que representa a adesão dos PECO, países que sofrem de atrasos e dificuldades estruturais muito significativos, de modo a garantir a coesão económica e social numa União alargada.

Este trabalho começa por aprofundar, de uma forma conceptual, a relação entre integração económica e disparidades regionais.

Na etapa seguinte, após uma avaliação da dimensão das disparidades regionais na EU, apresentam-se os fundamentos e as orientações da política regional comunitária.

Continua-se com a análise do processo de alargamento da EU aos PECO, procedendo-se a uma retrospectiva das relações entre ambas as partes até à actualidade. São também apresentadas as principais razões que justificam a realização deste alargamento.

O trabalho prossegue com a caracterização de cada um dos PECO, permitindo-nos avaliar a distância que os separa dos Estados-Membros da EU. Tendo em conta os

resultados obtidos, procede-se ao estudo da aplicação da política regional comunitária numa União alargada, destacando-se as principais dificuldades que se lhe colocam.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 19 de Julho de 2000

*Área de Especialização: Economia Financeira*

*A Problemática da Integração Monetária na África Ocidental: Europeizar ou Africanizar*



### **Degol Mendes**

A União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), que sucedeu à UMOA, nas vésperas da desvalorização do Franco da Comunidade Financeira Africana (F CFA), em 1994, constituiu, com a CEMAC, com a República das Comores e com a França, a chamada Zona franco. Nesta Zona, a "Conta de Operações" constitui o fulcro de associação entre estes países africanos e a França e, por seu intermédio garante-se a convertibilidade "ilimitada" do franco CFA em qualquer divisa. Em contrapartida, os países africanos membros da zona, comprometem-se a depositar nesta 65% das suas reservas em divisas e a respeitar um conjunto de princípios, entre os quais a manutenção de uma paridade fixa entre o franco CFA e o franco francês (euro) e a liberalização das transferências de capitais no interior da Zona.

Devido às dificuldades do alargamento da UEMOA aos outros países da África Ocidental, é urgente a concretização, em 2004, do projecto de integração monetária de âmbito mais abrangente, que inclua todos os países membros da CEDEAO, tal como decidido pela XXII Conferência de Chefes de Estado e de Governo desta Comunidade, em Lomé. Esta tese sustenta esta abordagem "voluntarista", em que a integração monetária precede, e eventualmente, induzirá à integração económica e política. Com vista à manutenção da estabilidade monetária, que actualmente reina na UEMOA, advogamos, sob certas condições, uma eurização oficial parcial. Por eurização oficial parcial entende-se uma paridade fixa irrevogável entre a moeda oeste africana e o euro, suportada por um acordo cambial com a União Europeia. As características deste acordo cambial são uma condição essencial para o sucesso económico e a viabilidade política desta solução.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 10 de Julho de 2001



### Área de Especialização: Economia Aplicada

#### Voto, Eleitores e Ciclos Políticos: uma análise político-económica

##### Rodrigo Caldeira de Almeida Martins

Esta dissertação cai no âmbito da Economia Política e procura, analisar as contribuições que a economia tem dado para a compreensão do complexo fenómeno eleitoral.

Numa primeira parte, procura analisar-se as problemáticas associadas ao voto como mecanismo de revelação e agregação de preferências. São discutidas as limitações comportamentais e estruturais do recurso ao voto como instrumento nuclear da democracia e são abordadas as dificuldades em encontrar mecanismos que permitam transformar preferências individuais em escolhas sociais.

Numa segunda parte, são caracterizados os comportamentos dos agentes da democracia: os votantes e os político/partidos. Discute-se a racionalidade utilitarista subjacente à ida às urnas e a forma como as condições económicas influenciam o sentido de voto.

Se a interdependência entre voto e condições económicas se verifica, é de esperar que, governos dotados de interesse próprio e com restrições de reeleição, influenciem a economia em proveito próprio. Nesta dissertação descrevem-se as alternativas comportamentais às actuações do governo e dos eleitores propostas pelas diversas teorias de ciclos políticos.

Estas teorias foram testadas para a economia portuguesa, tanto ao nível das variáveis macroeconómicas de referência da função de voto, como ao nível de alguns indicadores de política orçamental e monetária. Apesar da fraca robustez econométrica, os resultados rejeitaram na generalidade, a existência de efeitos partidários, mas foram encontrados indícios de oportunismo sistemático em várias séries, com saliência para a taxa de desemprego e para alguns indicadores de política monetária. Encontrou-se, também, um certo oportunismo pontual aquando da análise gráfica do défice orçamental.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 8 de Junho de 2001

### Mestrado em Sociologia

#### O Terceiro sector nos sistemas de bem-estar. Uma perspectiva das ONG's ligadas ao complexo VIH/SIDA

##### Alexandra Cristina Ramos da Silva Lopes

O trabalho desenvolvido procura abordar os contextos, as modalidades e as condições de participação do chamado Terceiro Sector nos sistemas de bem-estar social, analisando para o efeito os arranjos institucionais que se foram construindo num domínio particular de política social – o domínio do complexo VIH/SIDA.

Alimentando-se teoricamente do debate sobre a crise do Estado-Providência e sobre as formas de superação dessa crise, esta é uma investigação que lança a sua âncora teórica nas correntes do reformismo solidário, ou seja, nas correntes que, num cenário de pluralismo institucional na provisão de bem-estar, defendem a necessidade de desenvolver novas formas de intervenção que reabilitem valores de solidariedade, de participação democrática e de responsabilidade colectiva. A construção de mesclas sinérgicas entre Estado e Terceiro Sector inscreve-se, nesse sentido, num projecto mais alargado de reinvenção da própria solidariedade colectiva.

Trabalhando no espaço da sociedade portuguesa, toda a reflexão incorporou os traços constitutivos de um contexto social, político e institucional como esse, atribuindo relevo às especificidades do modelo estatal português e às relações sui generis que foi mantendo com a sociedade civil, seja na sua forma de sociedade-providência, seja no seu formato mais institucional.

Num registo que foi assumidamente exploratório e não tanto confirmatório, assente em metodologias de análise extensiva, procurou-se observar as dinâmicas organizacionais e os arranjos institucionais que se foram construindo a propósito do conjunto de desafios que uma doença tão particular como a SIDA colocou às políticas sociais portuguesas.

Para esse efeito, foram observadas 31 organizações, registando-se não só as suas características de funcionamento, mas igualmente a dimensão política da sua acção.

Num universo alargado de conclusões serão de salientar alguns tópicos em particular. Em primeiro lugar, a reprodução, no domínio da SIDA, de traços de um Estado contratualizador, selectivo e autoritário na relação com os actores privados. Em segundo lugar, a reprodução das grandes vulnerabilidades da sociedade civil formal portuguesa, passando pela fragmentação das respostas, pela dificuldade de concretização de acções, pela dificuldade de desenvolvimento estratégico autónomo e sustentado. Em terceiro lugar, e apesar deste quadro geral de vulnerabilidade, regista-se a emergência de um conjunto de dinâmicas organizacionais actuantes num sentido emancipatório, observáveis num subconjunto particular de organizações, que podem configurar novas bases para um projecto sinérgico e progressista. Estas novas dinâmicas, no entanto, são ainda muito recentes e só agora começam a ser confrontadas com os custos da independência e da autonomia, nomeadamente no que diz respeito à emergência de dinâmicas burocráticas e particularistas em cenários onde a sobrevivência organizacional tende a estar em primeiro plano. O desafio que se coloca ao Terceiro Sector Português, e aos próprios actores públicos, é, essencialmente, um desafio de maturação, inerente à necessidade de cada um encontrar o seu espaço e de cada um se desenvolver de forma autónoma, sustentada.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 10 de Julho de 2000

### João Reinaldo Abrunhosa Marçal

*O movimento de defesa do consumidor: entre desafios transnacionais e oportunidades locais*

Consumidor é aquele indivíduo a quem são fornecidos bens ou serviços, para uso não-profissional, por intermédio do mercado capitalista ou de uma prestação onerosa de uma qualquer entidade pública. Sujeitos às regras de mercado, poucos são os consumidores que efectivamente têm consciência do contexto de risco que envolve as relações sociais próprias do espaço cultural do mercado. Risco de – por acção da ideologia consumista – querer consumir todos os produtos disponíveis no mercado e de forma permanente.. Risco de – por acção do exercício da

autoridade dos produtores e distribuidores – se sujeitar a atribuições de sentido sobre produtos ou modos de consumo que nada têm a ver com o seu capital cultural. E, enfim, risco de exclusão do espaço estrutural do mercado e da sociedade de consumo.

Da globalização da estratégia concertada entre a classe capitalista transnacional, as empresas transnacionais e a ideologia consumista resulta uma aceleração exponencial da temporalidade em que ocorrem riscos potenciais para o consumidor. A constante mercadorização e remercadorização de novos e "velhos" produtos à escala mundial exerce uma enorme pressão sobre os mercados nacionais e locais que se procuram adaptar às exigências transnacionais. Na ausência de um mercado perfeito – em que a concorrência perfeita seria acompanhada por um conhecimento perfeito sobre os mercados, os produtos e os serviços – os consumidores encontram-se frequentemente vulneráveis nas relações sociais que estabelecem pela sua participação no espaço estrutural do mercado.

A transnacionalização do mercado capitalista e da regulação consumista vêm colocar um novo desafio ao movimento dos consumidores: procurar na sua transnacionalização as energias emancipadoras adequadas à construção de um conhecimento independente, válido e útil para os consumidores. Assumir este desafio exige, contudo, soluções associativas e organizativas inovadoras e flexíveis de modo a encontrar nas oportunidades nacionais e locais as condições adequadas ao desenvolvimento do movimento associativo por via da participação democrática dos consumidores. No seio de cada uma das três associações de consumidores estudadas, a DECO, a ACOP e a UGC, encontramos uma grande variedade de estratégias de produção e divulgação de saber solidário: umas de carácter transnacional e outras com ligações estritamente locais.

A transnacionalização do movimento dos consumidores apresenta-se como uma nova forma de globalização em curso. Depois da globalização da regulação consumista, parece emergir uma emancipação solidária que só se torna efectiva apenas na medida em que é capaz de competir e de se afirmar





como uma nova forma de globalização alternativa, assumindo, portanto, a forma de um cosmopolitismo. Isto é, de um movimento potenciador de um conhecimento solidário alternativo à ideologia consumista. Por outro lado, a par desta nova forma de globalização, a participação democrática dos consumidores impõe-se como uma nova forma de localização. Depois da globalização do mercado capitalista e dos modos de consumo, a emergência de organizações de emancipação solidária com forte implantação local é essencial para a divulgação e consolidação da alternativa epistemológica: o saber solidário.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 12 de Julho de 2000

#### **Maria Eugénia da Costa Pereira Rodrigues**

*Globalização e Ambientalismo: Actores e Processos no Caso da Incineradora de Estarreja*

Neste trabalho se reconstrói, para de seguida se desconstruir o caso da incineradora de Estarreja, assim designado por ter a sua existência justificada no movimento de contestação ao projecto governamental de construir em Estarreja um dos componentes do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Industriais, a Unidade de Incineração e Tratamento Físico-Químico ou, como é vulgarmente conhecida, a incineradora. Registrando o seu apogeu entre 1994 e 1997, as repercussões deste caso são abrangentes e multidimensionais reflectindo-se, por exemplo, na actual discussão que envolve a implementação da co-incineração em Portugal.

Procurou responder-se a um problema formulado nos seguintes termos: como podem, no âmbito de uma sociologia do ambiente e dos movimentos sociais, ser enquadradas as formas de protesto colectivo que emergem na sociedade portuguesa na sequência de decisões políticas que procuram dar resposta a um problema ambiental, global na natureza, mas local nas respostas e nos defeitos que provoca? O apelo directo a campos teóricos como processos de globalização, movimentos sociais, ambiente e ambientalismo, ciência e seus públicos permitiu a adequada emergência do objecto de análise, redundando este trabalho na elaboração de um quadro analítico apresentado como proposta para uma

análise dos movimentos de protesto que têm lugar na sociedade portuguesa.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 12 de Julho de 2000

#### **João do Sacramento Bonfim**

*Processos Migratórios em S. Tomé e Príncipe e a Corrente Portuguesa*

S. Tomé e Príncipe é uma pequena e jovem nação—Estado insular e de formato arquipelágico, situada sobre a linha do Equador no oceano Atlântico em frente à transversal de Libreville. Os pontos de vista dos historiadores da linha nacionalista e da ordem colonial portuguesa não coincidem quanto ao facto do território se encontrar habitado à data da chegada dos portugueses.

Durante os períodos áureos dos três principais ciclos económicos, nomeadamente, o da cana-de-açúcar, do café e mais tarde do cacau, S. Tomé e Príncipe recorreu ao acolhimento de mão-de-obra alheia, supostamente, pelo facto dos cidadãos naturais da ilha se revelarem insuficientes. Mas as limitações de ordem demográfica não contam entre os principais factores. Foi essencialmente a recusa dos forros em trabalharem, sob o regime de contratos e em condições consideradas deploráveis, nas grandes plantações coloniais que levou os roceiros a recorrerem à mão-de-obra alheia.

Os trabalhadores das plantações vieram de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, da Libéria (Ribeiro, 1877; Smith, 1991), mas principalmente de Cabo-Verde. De Cabinda (Nascimento, 1991), foram os trabalhadores da navegação marítima, da Índia e de Macau, os comerciantes. Os santomenses não abandonavam então o seu território em busca de trabalho no exterior, recorrendo de forma eloquente ao aforismo: na cá chê ni qué di páia punda látu fá, pá m'ba qué di ndála punda santopé ça piólo. (Não deixo a minha casa de palhas, por causa dos ratos, para me mudar para a de andalas onde ainda são piores as centopeias).

A emigração só ocorre se aos factores de repulsão, reunidos num determinado tempo e espaço corresponder, noutros, à formação de condições consideradas melhores do que naqueles (Grigg; Davis, 1974; Bohning, 1984).

A percepção que sempre teve o cidadão santomense do seu território é a mesma que referiu Ribeiro (op. cit.), ou seja a de um ameno e delicioso oásis no meio da vastidão do mar da Guiné, onde se encontra em qualquer parte e sem trabalhar o que se teria de obter trabalhando.

O povo santomense tinha uma má referência das condições de vida dos imigrantes, a partir da realidade daqueles que trabalhavam em regime de contratos, seja nas plantações seja na navegação marítima. Os constantes castigos corporais que lhes eram infligidos, as condições de insalubridade e promiscuidade em que se encontravam alojados nas sanzalas (aglomerados de habitações, frequentemente de uma só assoalhada, sem casa de banho e sem cozinha, alinhadas nas clareiras das plantações), os géneros alimentícios frequentemente deteriorados que recebiam como pagamentos pelo seu trabalho, a falta de liberdade individual (os contratados não podiam abandonar o recinto das sanzalas sem o prévio consentimento da administração das roças) e a remuneração exígua, afastava os santomenses da emigração. Além disso, havia também a noção do quanto os imigrantes são, em regra, discriminados e ofendidos na sua dignidade.

Não obstante toda a subtilidade com que este facto social ainda é tratado, a verdade é que se vai registando a formação, nalguns estados soberanos, de comunidades santomenses de significativa dimensão onde, geralmente, residem e têm uma actividade remunerada. Em Portugal, Maria do Céu Esteves (1991), verifica que a comunidade dos santomenses legalizados em 1988 representava cerca de 1,8% do total. Dez anos depois desses estudos a comunidade santomense já representava 6% da comunidade CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) em Portugal. Em Angola e no Gabão, apesar da ausência de números oficiais, percebe-se, também com clareza, a existência de uma alargada comunidade santomense.

O objectivo do presente estudo centra-se na tentativa de compreender os factores que a partir de certo momento determinaram toda a alteração do quadro de referências sociais dos santomenses compelindo-o a emigrar e

em especial para Portugal, tendo em conta a grande distância geográfica que separa os dois estados. Para o efeito, foram analisados os dados produzidos por diversas fontes estatísticas e aplicado um inquérito à comunidade santomense residente em Portugal, seguindo exemplos como os de Luís de França (1992). Na ausência de uma base de sondagem foi utilizada a técnica de bola de neve. Dentro do suporte bibliográfico foi prestada uma especial atenção aos mais diversos relatórios elaborados em S. Tomé e Príncipe, muitos dos quais com o apoio técnico e financeiro do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e versando sobre os diversos aspectos da sua realidade económica, política e social.

São três os factores repulsivos que mais se salientam na emigração santomense: os factores políticos (radicalismo, intolerância e instabilidade), o rápido crescimento da população e a distorção do tecido económico conjugada com a escassez de alimentos e as oportunidades de valorização cultural.

A atracção foi provocada pela disponibilidade de trabalho, remunerações mais elevadas ou oportunidades de negócios mais atractivos noutros estados nacionais, como é o caso de Portugal.

Os processos migratórios que só começaram a ganhar relevância sociológica com o fim do imperialismo colonial português, continuarão a crescer porquanto os factores que lhes deram origem e os alimentam continuam actantes. Para o cidadão santomense, a emigração continua a ser um caminho difícil de trilhar, feito de muitas saudades e de muita revolta. Na sua esmagadora maioria, os emigrantes santomenses continuam a considerar que a responsabilidade pelo actual surto migratório cabe exclusivamente aos governantes, porque governam mal e são corruptos e alheios aos interesses da nação.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 17 de Julho de 2000

**Lino Dias de Azevedo Silva Fernandes**

*Net.art, a Internet como espaço de exibição artístico alternativo ao domínio hegemónico e globalizador do sistema artístico institucional mundial*





A dissertação debruça-se sobre as produções artísticas realizadas para o meio Internet nos últimos anos do século XX, bem como pelas suas consequências no Sistema Artístico Institucional Mundial (SAIM).

O autor passa em revista os desenvolvimentos artísticos do século XX nomeadamente os que dizem respeito às vanguardas históricas fazendo um levantamento de situações semelhantes àquela que se vive hoje nos mundos da arte perante a emergência da net.art.

O efeito da globalização no quadro dos mundos da arte produziu dois fenómenos muito visíveis ao longo das duas últimas décadas e que se acentuaram particularmente nos últimos dez anos. Por um lado, assistimos a uma expansão do SAIM, liderado pelo sistema norte-americano, orientado por uma lógica de cultura-espectáculo actuando, nalguns casos, à semelhança da estratégia seguida pelas grandes corporações industriais. Por outro lado, com o advento da Internet assistimos à criação de práticas artísticas que de alguma forma parecem contrariar a lógica capitalista de comercialização dos produtos artísticos por estarem disponíveis gratuitamente à escala global como é o caso da net.art. Aparentemente, estes dois fenómenos parecem não ter nenhuma relação entre si. Será assim de facto?

Ao longo desta dissertação procura encontrar-se resposta a esta questão e levantam-se outras. Estas obras existem hoje em número suficiente para que possamos falar de uma disciplina artística, com características próprias? As suas obras poderão ser incluídas na História da Arte? Esta forma de produção artística apresenta especificidades com consequências que já se fazem sentir nos mundos da arte a ponto de não sabermos de que forma é que esta disciplina artística poderá ou não ser integrada no SAIM deixando em aberto a questão se será a net.art uma nova expressão artística verdadeiramente global ou apenas mais um capítulo da história da arte moderna ocidental?

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 20 de Julho de 2000

#### **Catarina Almeida Tomás**

*Ter e Não Deter o Direito de Audição (um estudo de caso no Colégio de São Fiel)*

Nunca se falou tanto da (des)protecção dos menores como nos nossos dias. Com efeito, os jornais, inundam-nos com informações diárias – ou quase – quer de casos de violação concreta, neste ou naquele ponto do globo, dos direitos das crianças, quer de mudanças legislativas, ou pelo menos, a tendência a verificarem-se num futuro próximo, por toda a Europa e por todo o continente Americano, a propósito desta problemática.

Um tema tão complexo como é este determina respostas múltiplas e não poderá ser realmente resolvido com reformas facilmente globalizadoras, tão brilhantes como simplistas. A realidade é que os direitos das crianças constituem, ou deverão constituir, um fenómeno multifacetado sobre o qual se deve incidir deste diferentes ângulos, se bem que complementares. Contudo, este estudo não pretende ser mais do que um primeiro passo na investigação sistemática sobre as seguintes questões: o que são os direitos das crianças? De que forma é que cada Estado os transpõe para a realidade quotidiana das crianças? Como garante esses direitos, nomeadamente o direito de audição dos menores em Tribunal?

O alcance do problema a investigar não prescinde, no quadro de uma elaboração conceptual sobre o papel da Organização Tutelar de Menores, da articulação de algumas questões aplicadas à problemática do Direito de Menores e da Sociologia da infância.

Propus-me plasmar o esforço numa dupla dimensão: uma dimensão teórica e uma dimensão empírica.

Assim, a primeira parte deste trabalho, consta de uma análise institucional, do modo de funcionamento do sistema institucional de menores na actualidade, em particular no que se refere a menores problemáticos e às mudanças legislativas recentes. Traçar-se-á o retrato da perspectiva sócio-jurídica institucional, onde se descrevem as leis e instituições, bem como um certo contexto do tratamento de menores institucionalizados, quer a nível internacional, quer a nível da sociedade portuguesa.

Na segunda parte, apresentar-se-á um estudo de caso levado a cabo no Colégio de São Fiel, que é, essencialmente, um estudo sobre um Colégio de Acolhimento, Educação e Formação, instituição dependente do Ministério da Justiça.

Pretendi, acima de tudo, funcionar como um espelho entre os três mundos: o dos menores, o da instituição e o da comunidade.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 21 de Julho de 2000

### José João Jorge Mendes Lucas

#### *Educação Intercultural e Ensino da(s) História(s)*

Partindo da verificação do papel social relevante desempenhado pelas narrativas históricas oficiais, conformando as mentes e as atitudes dos cidadãos segundo uma lógica de coesão nacional, procede-se ao estudo da modernidade e, mais especificamente, nestes duzentos anos de edificação dos modernos estados-nação europeus. Adopta-se uma perspectiva crítica para avaliar como o discurso histórico se foi situando no contexto das "descobertas" e das relações com "os outros" e como se foi criando, desde a transição da medievalidade para a modernidade, um quadro de referências, com alguma continuidade até aos nossos dias, balizando no binómio identidade-alteridade e na hierarquização das culturas.

Concentrando mais a análise sobre a escola enquanto instituição republicana, estabelecem-se as relações entre esta e o Estado-nação que a gerou e a consolidou. Daqui, faz-se incidir o olhar sobre o curriculum em sentido lato e sobre os programas da disciplina de História e Geografia de Portugal no 5º ano de escolaridade, nos últimos quarenta anos. São tomados alguns tópicos, considerados relevantes para o ensino da História de Portugal, como pontos de referência para uma análise de conteúdo dos manuais escolares em vigor para aquele ano, nos capítulos da expansão marítima e colonial das potências ocidentais.

Verifica-se que subjazem aos textos e às gravuras dos quinze manuais analisados orientações programáticas, explícitas e assumidas, de pendor marcadamente etnocêntrico. Tal discurso nem sempre é suficientemente visível, uma vez que surge matizado por afirmações ingénuas de apelo ao respeito pelas diferenças e pelas especificidades sócio-antropológicas dos "outros".

Conclui-se que, se se pretende programar e desenvolver uma efectiva educação para a

interculturalidade, como vem sendo afirmado pelos sucessivos governos, sobretudo na última década, é urgente que se desconstrua o discurso histórico oficial vigente. Nestes tempos ditos de pós-colonialismo, não haverá educação intercultural coerente e radical se e enquanto não se esclarecerem e se desfizerem os olhares sobranceiros com que a historiografia tradicional, os responsáveis políticos pelos programas escolares e os autores dos manuais têm "encoberto" os povos "descobertos". É pois, imperativo ético que, para a sociedade e para a escola, se projecte uma perspectiva histórica mais crítica e menos centrada no "lado de cá".

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 17 de Outubro de 2000

### José Ricardo Pinto Carvalheiro

#### *Média e cidadania na periferia portuguesa: inclusões e exclusões – o caso da Beira Interior*

Procura-se, nesta tese, investigar de que forma uma determinada paisagem mediática interage com as práticas de cidadania e em que medida essa interacção contribui para configurar o exercício da democracia. Partindo de uma premissa teórica que encara o espaço público como esfera de potencial democratização de relações sociais, empreende-se uma análise empírica centrada na Beira Interior, em que se averigua tanto o discurso mediático como a sua apropriação pelos cidadãos e através da qual se procura identificar as articulações concretas entre o uso dos média e os direitos cívicos e políticos.

O material empírico baseia-se principalmente na análise de conteúdo de média locais (jornais e estações de rádio) e num conjunto de 23 entrevistas feitas a cidadãos residentes na zona urbana da Covilhã. A abordagem do tema envolve, por outro lado, várias dimensões relevantes para a apreensão da cidadania mediatizada, ou seja, do conjunto de práticas em que se articulam as esferas dos média e da cidadania. Nomeadamente, a condição periférica dos cidadãos, a heterogeneidade da estrutura social e o quadro de relações Estado-sociedade são factores que condicionam as características do espaço público mediático.

Os dados recolhidos indicam que o espaço





público constituído pelos média locais não promove o diálogo entre Estado e sociedade nem entre grupos sociais, acabando por ter como traços marcantes a coexistência de dois monólogos (protagonismo do discurso do poder estatal; fraca presença do discurso dos cidadãos, com a característica de não surgirem organizados colectivamente) e a inexistência de debate mediatizado no interior da sociedade civil.

Tendo em conta os indicadores recolhidos do lado da reapropriação informativa pelos cidadãos, conclui-se que, nesta periferia portuguesa, as possibilidades do espaço público mediático funcionar como agência de democratização se articulam de forma diversa com os diferentes lugares da estrutura social (classe, competências culturais, sexo, idade). Nunca constituem, porém, mais do que um factor de cidadania passiva e limitada ao pilar da redistribuição do consumo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 28 de Novembro de 2000

### Carlos André de Brito Correia

#### **Invenção e Reprodução da Sociabilidade – um espaço-tempo compacto de criação artística no contexto da globalização**

Quais e como se articulam entre si as formas de sociabilidade presentes num espaço-tempo compacto de criação artística no contexto da globalização cultural? Esta foi a questão principal que orientou a pesquisa efectuada. As sociabilidades (enquanto conjunto de práticas) constituíram-se assim como o objecto privilegiado de análise tendo sido equacionadas no âmbito dos processos actuais de intensificação das relações sociais de cariz translocal e transnacional.

A investigação realizada seguiu a metodologia do estudo de caso concretizando-se em trabalho de pesquisa de terreno que permitiu observar um grupo artístico profissional sediado em Estarreja, o ACTO. Instituto de Arte Dramática. Este último foi caracterizado enquanto espaço-tempo compacto, ou seja, um contexto onde o registo doméstico e o registo artístico se combinam de forma permanente para os membros do seu núcleo duro. O estudo elaborado permitiu mostrar que existem formas convencionais e formas

alternativas de sociabilidade em que a alternativa se baseia, prolonga e dá origem à convencionalidade e vice-versa.

De acordo com a interpretação dos dados empíricos recolhidos, foi possível caracterizar o espaço-tempo observado como sendo constituído por uma combinação de elementos de fronteira e de elementos de fortaleza. Deste modo, o Acto foi analisado enquanto:

- a) ambiente pioneiro onde se mobilizam recursos culturais de um repertório artístico de cariz transnacional;
- b) configuração cultural onde existe uma divisão convencional do trabalho;
- c) ambiente cosmopolita inserido nas lógicas do cenário artístico, do etnocenário e do cenário dos media da globalização cultural;
- d) configuração cultural híbrida onde se misturam domesticidade, profissão, privacidade e experimentação artística;
- e) ambiente marcado pela presença de uma dominação hegemónica legítima e
- f) ambiente onde se activa o gesto de receber, ou seja, onde são acolhidos indivíduos exteriores ao núcleo duro do Instituto de Arte Dramática relativamente aos quais se desenvolvem diversas práticas de cortesia.

Em suma, pretendi evidenciar que os relacionamentos sociais estabelecidos no âmbito da equipa do Acto tanto inventam a sociabilidade – quando se assumem como fronteira – como a reproduzem – quando se assumem como fortaleza.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 22 de Janeiro de 2001

### Luis Miguel da Silva Cavalheiro

#### *O Sector da Construção Civil Português: o emprego e as migrações para o Mercado de Trabalho Alemão*

A emigração de trabalhadores portugueses do sector da construção civil para a Alemanha insere-se na dinâmica da globalização das economias, com efeitos no espaço da União Europeia (UE), onde se articulam processos de globalização económica com processos de regionalização. Neste contexto, esta tese de mestrado debruçou-se sobre as motivações

subjacentes aos movimentos migratórios temporários dos trabalhadores portugueses da construção civil (entre 1993-1998) e as estratégias de internacionalização das firmas nacionais deste sector em direcção à Alemanha, aproveitando as possibilidades de livre circulação de bens, pessoas e serviços na UE, a crise acentuada que assolou o sector no plano nacional no primeiro triénio da década de noventa, e o boom da construção alemã derivado da reunificação das duas Alemanhas após a queda do Muro de Berlim.

Destaca-se também a temática das formas de inserção dos trabalhadores do sector da construção civil em Portugal no que respeita à qualidade dos seus vínculos contratuais com as empresas deste segmento de actividade, com especial relevância para os aspectos e factores que estimulam a prossecução de estratégias de informalização da relação trabalho por parte dos agentes económicos (trabalhadores e empresas). Em particular, clarifica-se que a migração temporária de trabalhadores e empresas do sector da construção e obras públicas português para a Alemanha reveste-se de um potencial que à partida é indiciador do estabelecimento de relações laborais informais ou de situações de adesão à economia paralela deste segmento de actividade no país no país de destino, uma vez que os actores nacionais transportam com a sua internacionalização os vícios de informalidade tão característicos e tão arreigados no sector da construção civil português. Em suma, salvo as devidas excepções, as diversas relações laborais que se vão estabelecer no mercado de trabalho do país de destino, destacadas nesta tese, constituem um espelho do tipo de relações, de filosofias de vida e de posturas que os trabalhadores e empresas prosseguem no país de origem.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 26 de Janeiro de 2001

### Ana Raquel Barros de Matos

*Activação, desemprego e cidadania – para uma avaliação crítica das políticas sociais activas*

A problemática da exclusão social, apesar de muito abordada, é uma realidade ainda nova e tão complexa que não pára de surpreender,

definindo, a cada dia que passa, novos contornos para a sua existência. Deste modo, ela ainda permanece vaga.

No âmbito de um mundo cada vez mais globalizado a produção de novos riscos sociais parece estar a contribuir, grandemente, para o desencadear desses novos e ainda mais complexos fenómenos de exclusão que urge colmatar, sobretudo porque a reestruturação das economias no final do século favoreceu o aparecimento de um segmento de mercado de trabalho com condições cada vez mais precárias ou, em última análise, porque lançou no desemprego uma grande parte da classe trabalhadora.

O presente estudo privilegiou, assim, uma análise das políticas de combate à exclusão que estão a ser aplicadas em Portugal, na tentativa de avaliar a capacidade de inclusão, em diferentes domínios, a que se propõem. Em que medida a eficácia dessas medidas tem sido alcançada no sentido de despistar o fenómeno foi o desafio a que este trabalho se propôs. E este tornou-se ainda mais aliciante quando os sintomas que a exclusão provoca, nos mais variados aspectos que a vida humana parece compreender, foram ouvidos da voz de quem os vive no seu dia-a-dia.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 16 de Fevereiro de 2001

### Maria Ernestina Neto da Cruz

*As drogas – viagem cultural sem fronteiras*

A utilização cultural das diversas plantas psicoactivas é uma prática conhecida desde há mais de quinze mil anos e tem servido diferentes finalidades: mágico-religiosas, terapêuticas e lúdico-recreativas.

No entanto, o que, nestas últimas décadas, tem vindo a ser identificado como problema da droga gravita em torno do que é percebido e condenado como (ab)uso recreativo e/ou compulsivo de substâncias ilícitas, ou seja, as práticas independentes de uso e abuso, concretamente aquelas que escapam ao controlo dos dispositivos disciplinares mandatados para a sua gestão social: o policial e jurídico desde a segunda década deste século para a vertente da oferta e, mais recentemente (anos 70), o médico-psicológico para a vertente da procura.





As ideias/hipóteses sobre drogas e (tóxico-) dependências que se apresentam ao longo destes diálogos advêm fundamentalmente da reflexividade desenvolvida em torno da nossa prática profissional como enfermeira de muitos sujeitos-agentes desses abusos e dependências de drogas. Admitindo que a nossa formação concomitante em sociologia não terá sido alheia a este tipo de questionamento, porventura terá sido o aprofundamento analítico dos elementos estruturais das culturas moderna e contemporânea que veio permitir a ancoragem deste estudo no enquadramento da teoria crítica de emancipação. Alguma pesquisa documental entretanto efectuada veio sustentar o nosso ideário de partida "amadrinhando" parte das designações do muito que ainda não sabíamos nomear.

Este ensaio de pesquisa deambula mais ou menos erraticamente por diferentes questões emergentes na abordagem holista das drogas e tóxico-(dependências). Trata-se apenas de um exercício de reflexividade apresentado sob a forma textual de diálogo, opção adoptada como estratégia facilitadora do discurso interrogativo para algumas das variadas posições em jogo nesta polémica inconclusiva. Pretende ser um contributo para a compreensão de como as práticas de produção, de circulação e, particularmente, de uso deliberado de substâncias psicoactivas (naturais, de origem natural ou exclusivamente sintéticas) se articulam com os valores e as práticas vigentes na contemporaneidade.

Em síntese, a partir de um (des)conhecimento situado, pratica-se uma das possíveis abordagens do que correntemente se designa por "mundo das drogas e das tóxico-dependências" – desconstruindo-o e desmistificando-o, pela via do seu enquadramento na atmosfera cultural contemporânea.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 13 de Março de 2001

### **Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva**

#### *União Europeia: Cidadania e Imigração*

A União Europeia tem como objectivo estabelecer uma união mais estreita entre os povos europeus e realizar um espaço sem fronteiras internas que garanta a livre circulação de pessoas, de capitais, de serviços e de bens.

Das quatro liberdades, a livre circulação de pessoas tem sido a mais difícil de implementar, encontrando-se "simbolicamente agarada" às fronteiras nacionais. O controlo das fronteiras e da imigração de origem de países terceiros releva das competências exclusivas dos Estados-membros, contudo estes últimos não têm conseguido dar, individualmente, uma resposta satisfatória às tensões suscitadas no campo das relações internacionais pela liberdade de circulação. A integração da União Europeia supõe que os Estados-membros aceitem partilhar diferentes prerrogativas por forma a que se defina um regime jurídico migratório comunitário que integre os nacionais de países terceiros.

O regime jurídico migratório dos nacionais comunitários, fundado na livre circulação e igualdade de tratamento, apresenta uma primeira resposta a esta questão e permite especificar os contornos e perspectivas da cidadania europeia – uma cidadania que pretende colocar os nacionais dos Estados-membros em condições de maior igualdade, alargando e "constitucionalizando" um conjunto de matérias relativamente às quais, apesar das diferenças económicas, sociais e culturais, não é permitida a diferenciação entre cidadãos. Mas esta noção de cidadania enunciada no Tratado da União Europeia, e que tem como pressuposto a nacionalidade dos Estados-membros, possui o efeito de excluir desta categoria os nacionais de países terceiros, ainda que residam no território comunitário.

O objecto do presente trabalho é o de esclarecer e dar algum contributo a este debate que tem vindo a originar importantes discussões nos meios políticos, científicos e na opinião pública em geral.

O trabalho foi dividido em três partes. Na primeira parte, abordamos a importância das migrações internacionais no espaço da Europa Comunitária e as diferentes transformações que ocorreram ao longo dos tempos. Este estudo permitirá compreender as posições adoptadas pelos Estados-membros no âmbito dos diferentes contextos históricos que a Comunidade Europeia viveu. Na segunda parte, debatemos a questão da livre circulação de pessoas no contexto da União Europeia. Através de uma análise dos diferentes Tratados, desde Roma a Amsterdão,

pretendemos distinguir as questões que são decididas a nível intergovernamental e as que se encontram já no âmbito supranacional. Na terceira parte, analisamos os diferentes critérios utilizados pelos Estados-membros na atribuição da nacionalidade, dada a subordinação da cidadania europeia às Quinze nacionalidades comunitárias. Por fim, abordamos os direitos que a cidadania europeia outorga aos nacionais comunitários, representando um primeiro resultado da construção de uma Europa política.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 30 de Março de 2001

### **Susana Paula Carvalho Januário**

*Organizações de Solidariedade Social Radicadas na Comunidade. A Diversidade no Terceiro Sector em Portugal – Estudo de Casos*

Os fenómenos de pobreza e de exclusão social constituem um dos paradoxos mais significativos do projecto social da Modernidade.

A agudização dos processos de desigualdade traduz a ruptura daquele projecto. Hoje, vivemos um momento de transição em que urge conhecer e desenvolver os mecanismos necessários para ultrapassar o período controverso que vivenciamos e construir um novo projecto social assente em bases consideravelmente diferentes das que constituem o outro.

Porque acreditamos que as bases necessárias para a referida construção já existe, apenas necessitam de ser consolidadas, defendemos que é no próprio sistema social que encontraremos as respostas às problemáticas que afectam uma parte substancial da humanidade.

Aquelas respostas consistem na consolidação das solidariedades existentes no seio da Comunidade, pelo que o reforço deste pilar – que foi sendo progressivamente subvalorizado em relação ao mercado e ao Estado – constituirá o desafio essencial para a ultrapassagem dos paradoxos da Modernidade e para a construção de um novo projecto social.

Este projecto exige que a Comunidade passe a constituir o princípio, por excelência, da regulação social, consubstanciando a emancipação dos indivíduos, pela devolução do

poder no sentido da construção de uma efectiva cidadania.

Neste sentido, importa conhecer como se estruturam as solidariedades no seio da Comunidade, discernindo quais as suas potencialidades e constrangimentos, uma vez que é um projecto social em construção o que está em causa.

Esta investigação versa sobre as formas organizadas de solidariedade e protecção social radicadas na Comunidade, ou seja, sobre o espaço social que designamos de Terceiro Sector.

Considerando que esta é uma problemática relevante nos processos globais que vivenciamos, importa discernir que processos integram e influenciam a Dinamarca do Terceiro Sector em Portugal.

Neste âmbito, sabendo que estamos perante uma realidade específica mas no seu seio diversificada, tomamos como objecto de estudo duas organizações de solidariedade radicadas na Comunidade que assentam em princípios de solidariedade diversificados: religiosos e laicos.

O espaço social – Terceiro Sector – que relevamos parece constituir uma alternativa significativa no âmbito dos sistemas de protecção social e de solidariedade existentes, apesar de alguns constrangimentos e riscos que terá de superar para constituir-se num sector efectivamente emancipador.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 30 de Março de 2001

### **Susana Maria Serrão C. Costa Pires Marques**

*A Justiça em Laboratório*

A Identificação por Perfis de ADN: entre a harmonização transnacional e a apropriação local

Ainda que a ciência forense tenha vindo a contribuir decisivamente para auxiliar o direito tornando a justiça mais científica e, portanto, em princípio, mais rigorosa, ela não deixa de suscitar problemas, nomeadamente, como é o caso da identificação do perfil genético de ADN. Diversos problemas de ordem técnica e prática podem tornar esta técnica





controversa, fonte de abusos e de erros judiciais, podendo pôr em causa princípios fundamentais da cidadania e da vida democrática. Os obstáculos ao cumprimento das promessas de uma técnica que, à primeira vista, poderia vir resolver muitos dos problemas que se colocam ao meio judicial, nomeadamente, o da adequação de uma sentença ao crime são numerosos.

Um tema que assume no quadro desta problemática uma importância central é o da padronização das técnicas, geralmente encarada como uma garantia de rigor, de estabilidade e de flexibilidade dos técnicos. Mas a padronização das técnicas suscita, por sua vez, o problema da possibilidade da padronização do direito.

Este estudo procura identificar as fragilidades desta técnica, tentando perceber, em simultâneo, como se joga esta tensão entre uma ciência forense que se globaliza e um direito que permanece localizado.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 29 de Maio de 2001

## Mestrado em Ciências Empresariais

Área de Especialização: Qualidade Total

*Medição da Satisfação de Clientes: comparação de técnicas e aplicação a um Centro Tecnológico*

### Sofia de Oliveira David Amado Mendes

Num Mundo rapidamente em mudança é cada vez mais necessário ser capaz de ter uma vantagem competitiva sobre a concorrência. Neste contexto sócio-económico, a Satisfação Total dos Clientes tornou-se no objectivo dominante para muitos negócios. O verdadeiro desafio económico passa hoje pela satisfação dos clientes e pela melhoria contínua dos processos e das organizações e verifica-se uma crescente importância da medição da satisfação dos clientes.

Assim, ao longo da dissertação efectua-se uma análise comparativa sintética de um conjunto de técnicas de medição. Pretende dar-se relevo às técnicas de melhoria, optando-se por duas abordagens exploratórias qualitativas (os Grupos Orientados e as Entrevistas Exploratórias Individuais) e uma abordagem de avaliação quantitativa de resultados (os Inquéritos de Satisfação de Clientes, usando o modelo do Índice Europeu de Satisfação de Clientes – ECSI/INSC).

São referidas algumas condicionantes dos modelos utilizados para a criação destes Índices Económicos da Satisfação de Clientes. É efectuada uma análise das vantagens e desvantagens e complementaridade das três ferramentas em estudo.

São aplicados o modelo do Índice Europeu de Satisfação de Clientes e as metodologias de Entrevistas Exploratórias Individuais e Grupos Orientados a um caso de estudo – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro.

De uma forma breve, pode concluir-se que as três metodologias utilizadas não se excluem, complementando-se mesmo de forma notável. A aplicação conjunta das três ferramentas permite obter uma grande quantidade de informação qualitativa e quantitativa que se complementa, mas torna o processo de avaliação da satisfação dos clientes complexo. Cabe assim à empresa ponderar as mais-valias e desvantagens apresentadas e estruturar um

processo sistemático de medição da satisfação dos seus clientes.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 14 de Dezembro de 2000

### **José Luís Madureira Pinto Vara**

#### *Qualidade e Certificação ISO 9000 no Sector do Transporte Colectivo de Passageiros em Autocarros*

As Empresas de Transporte Colectivo de Passageiros em Autocarros (E.T.C.P.<sup>ª</sup>), nos países mais desenvolvidos, sentem a necessidade de elevar os seus padrões da Qualidade, para corresponder às exigências cada vez maiores dos seus Clientes. Atendendo a esta situação, o presente Trabalho analisa a problemática da concepção de um Sistema da Qualidade adequado ao Sector.

Começa-se por fazer uma apresentação sumária dos conceitos que caracterizam um Sistema da Qualidade, ao que se segue uma caracterização do Estado da Qualidade no Sector do Transporte de Passageiros a nível internacional e nacional, dando-se particular relevo ao Transporte Rodoviário de Passageiros em Portugal. Procede-se depois à análise de um Modelo de Sistema da Qualidade e da respectiva aplicação a uma E.T.C.P.A.

O Modelo seleccionado tem como norma de referência a "NP EN ISO 9002 – Sistemas de Qualidade – Modelo de Garantia da Qualidade na Produção, Instalação e Assistência Após Venda", tendo sido utilizado na implementação do Sistema de Garantia da Qualidade da RODONORTE-TRANSPORTES PORTUGUESES, S.A. Esta Empresa, sediada em Vila Real, conta actualmente com uma frota de mais de 120 autocarros e presta vários tipos de Serviço de Transporte, sendo os mais importantes a Carreira Interurbana e o Serviço Expresso.

A implementação do Sistema de Garantia da Qualidade na RODONORTE originou uma mudança cultural dentro da Organização, com a promoção da responsabilidade, a motivação dos seus colaboradores e o desenvolvimento de parceiros que implicaram os próprios Clientes na Melhoria dos Processos, o que permitiu conhecer de forma clara os pontos onde se deve melhorar, assim como os

problemas mais importantes para os quais se tem de desenvolver soluções. A Empresa foi Certificada em 16 de Novembro de 1999, pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER), tendo sido a Primeira Empresa do Sector a consegui-lo em Portugal.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 18 de Dezembro de 2000



**Área de Especialização: Estratégia Empresarial*****O Controlo de Gestão e a sua Relação com a Rendibilidade, o Crescimento, a Dimensão e a I&D, nas Empresas Industriais Portuguesas*****Paulo Fernando da Costa Braz**

O estudo das práticas de controlo de gestão existentes nas empresas portuguesas foi um dos principais motivos que levaram à realização desta investigação.

Pretendeu-se, após a apresentação, na revisão da literatura, dos principais conceitos utilizados no controlo de gestão, analisar qual o nível de utilização das práticas de controlo de gestão pelas empresas da Indústria Transformadora portuguesa. Assim como fazer uma análise das relações entre a utilização do controlo de gestão e o desempenho das empresas, tendo em consideração quatro critérios: rendibilidade, crescimento, dimensão e actividade de investigação.

Para o efeito, foi utilizada uma amostra de 550 empresas, das quais obtivemos uma taxa de respostas válidas de 19,8% que posteriormente foram tratadas através do software estatístico SPSS 8.0.

A utilização da análise factorial de componentes principais permitiu mostrar que é possível encontrar factores caracterizadores do controlo de gestão, estando esses factores referenciados, na sua totalidade, na literatura.

Pela análise de clusters, evidenciamos que existem diferenças significativas entre as empresas, tendo-se observado a existência de quatro grupos com desempenhos discrepantes nas práticas de controlo de gestão.

Recorrendo ao modelo da análise da variância, mostra-se que existem diferenças significativas nas médias dos rácios de rendibilidade dos diferentes grupos de empresas. Os grupos com maiores níveis de utilização das práticas de controlo de gestão são aqueles que melhor rendibilidade apresentam.

Os resultados da análise da variância mostram ainda que quando se analisam as taxas de crescimento não se encontram diferenças significativas entre os grupos. Contudo, quando considerada a dimensão das empresas, a mesma conclusão não pode ser retirada, ou seja, existem diferenças significati-

vas entre os grupos de empresas; a sua dimensão aumenta gradualmente à medida que nos aproximamos dos níveis mais elevados de utilização das práticas de controlo de gestão. Do mesmo modo, quando se analisam as despesas em I&D encontram-se ainda diferenças significativas.

Este trabalho termina, sugerindo algumas linhas de orientação que, a nosso ver, poderão vir a ser alvo de investigação futura.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 23 de Janeiro de 2001

*Área de Especialização: Estratégia Empresarial*

*Factores determinantes das relações económicas Espanha-Portugal: a relevância do investimento directo estrangeiro bilateral*

**Cristina Biondi Chassaingne**

Tradicionalmente, as relações luso-espanholas têm apresentado uma fraca representatividade. Com a entrada simultânea de Espanha e Portugal na CE em 1986, criaram-se as condições objectivas, do ponto de vista institucional, para o progressivo reforço das relações económicas entre os dois estados.

A abertura de ambas as economias impulsionou a internacionalização das respectivas empresas, consubstanciadas no reforço dos fluxos de comércio internacional e de investimento directo estrangeiro. Os fluxos de investimento directo bilateral foram uns dos responsáveis primordiais na intensificação e desenvolvimento do relacionamento económico bilateral.

Após uma análise das distintas abordagens teóricas sobre o investimento internacional, procedemos à realização de um estudo comparativo da evolução desses fluxos bilaterais, para verificar a existência de padrões de comportamento similares, observar a influência da adesão à CE, e assim, poder encontrar os factores determinantes do investimento recíproco.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 23 de Fevereiro de 2001

## **Mestrado em Gestão da Informação nas Organizações**

*Área de Especialização: Métodos Científicos de Gestão*

*Um modelo multiobjectivo para planeamento energético baseado na análise input-output*

**Carla Margarida Saraiva de Oliveira**

A escassez energética de Portugal conduz a uma elevada dependência energética do exterior, visto que, com excepção da energia hidroeléctrica, da biomassa florestal, de alguns resíduos industriais e de outras fontes de energia renovável, o país é totalmente dependente da importação de combustíveis fósseis. Neste contexto, a formalização input-output é uma importante ferramenta de planeamento que permite ter em consideração todas as interações dos sistemas económico e energético, possibilitando determinar a quantidade de combustíveis fósseis necessária para os sectores produtores (nos consumos intermédios) ou, de modo directo, para procura final. A utilização de combustíveis fósseis é então associada ao nível de actividade de cada sector, sendo possível determinar as emissões de poluentes atmosféricos resultantes da respectiva combustão.

Actualmente, nas sociedades modernas desenvolvidas, as decisões estratégicas são efectuadas num ambiente crescentemente complexo, caracterizado por evoluções constantes das tecnologias, da estrutura dos mercados e das necessidades sociais. A realidade é essencialmente caracterizada por objectivos múltiplos, conflituosos e incomensuráveis. Os modelos matemáticos de apoio à decisão tornam-se mais representativos da realidade se forem tidos em conta vários aspectos distintos de avaliação de um determinado problema. Assim, preocupações ambientais, económicas e sociais, por exemplo, devem ser consideradas de forma explícita e não agregadas num único indicador de carácter económico.

No presente trabalho, é desenvolvido um modelo multiobjectivo para planeamento energético baseado na análise input-output. O estudo consiste na modelação das interacções do sistema energético com toda a economia, através da construção de uma matriz





input-output onde os sectores energéticos são desagregados. A partir dos coeficientes da matriz input-output é desenvolvido um modelo de programação linear multiobjectivo, cuja finalidade é apoiar os decisores no estudo do impacte macro-económico resultante da adopção de medidas de política alternativas. Deste modo, consideram-se objectivos consistentes com o crescimento económico, o bem-estar social, o nível de emprego, a conservação da energia e a preservação do meio ambiente.

Foi efectuado um vasto trabalho de recolha de dados, de modo a ser desenvolvido um modelo próximo da realidade. Alguns resultados ilustrativos, obtidos através da utilização de métodos interactivos de programação linear multiobjectivo, serão analisados, enfatizando a utilidade da abordagem proposta no apoio à decisão.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 27 de Junho de 2000

### Sónia Cristina Peste Florindo

#### *Análise de Sensibilidade em Problemas de Programação Linear Mono-Objectivo e Multi-Objectivo*

A imprevisibilidade bem como as variações intrínsecas associadas a diversos factores, nomeadamente económicos, sociais, materiais, etc., contribui para a incerteza associada aos coeficientes dos modelos de programação matemática. Torna-se então fundamental, no contexto de processos de apoio à tomada de decisões baseadas em modelos de programação matemática, dispor de técnicas que permitam, de preferência de uma forma flexível e sem envolver um grande esforço computacional, analisar o impacto sobre uma dada solução de variações nos coeficientes iniciais dos modelos. A Análise de Sensibilidade estuda o comportamento de uma dada solução (em princípio uma solução que o decisor adopta como resultado do processo de apoio à decisão), em condições diferentes das inicialmente contempladas no modelo.

Nesta dissertação são estudadas diferentes abordagens para análise de sensibilidade em modelos de programação linear mono-objectivo e multi-objectivo.

Para os modelos de programação linear mono-objectivo são apresentadas e comparadas

duas abordagens, que permitem realizar estudos de sensibilidade da solução óptima a variações nos coeficientes da função objectivo e nos termos independentes das restrições: a chamada análise de sensibilidade clássica e a tolerance approach (Wendell; 1984,1985).

Contudo, em modelos de programação linear multi-objectivo não existe uma solução óptima, quando as diferentes funções objectivo são conflituosas entre si. Nestes modelos, a noção de solução óptima cede lugar à noção de solução eficiente (solução admissível cuja melhoria num dos objectivos é conseguida com a degradação em, pelo menos, um dos outros). Dependendo da estrutura de preferências do decisor, qualquer solução eficiente pode ser adoptada como solução final resultado do processo de apoio à tomada de decisão. Neste contexto, a análise de sensibilidade de uma (ou várias) soluções eficientes é também tratada de forma distinta por diferentes autores. Considerando perturbações nos coeficientes das funções objectivo e nos termos independentes das restrições, são apresentadas as abordagens propostas por Kornbluth (1974), Hannan (1978), Despande e Zions (1980), Gai e Leberling (1981), Antunes e Clímaco (1992) e Hansen et al. (1989).

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 12 de Outubro de 2000

### Jorge Alexandre Caldeira Gonçalves de Almeida

#### *Compressão de Imagens usando a Transformada Wavelet*

Esta dissertação apresenta um estudo da transformada wavelet e a sua aplicação no processamento de imagens, mais especificamente, na compressão de imagens digitais.

A utilização crescente de imagens e sua integração nos sistemas de informação das organizações, nomeadamente no domínio dos sistemas de informação geográfica, suscita a aplicação de métodos de arquivo e transmissão em rede com vista a obter maior rapidez nestas tarefas.

A codificação por transformadoras é um dos métodos mais utilizados na compressão de imagens, para redução da correlação existente entre os diversos elementos de uma

determinada imagem. A codificação por transformadas permite concentrar a maior quantidade de energia no menor número de coeficientes e para tal é necessária uma mudança de base, os pixels da imagem são projectados numa base mais favorável, para condensação da energia em menos componentes.

Os coeficientes da imagem transformada apresentam uma característica que favorece a aplicação de técnicas de codificação simples mantendo ainda uma boa taxa de compressão.

O problema fundamental da codificação por transformadas consiste na escolha da base adequada, para redução do erro e do número de coeficientes a transmitir.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 13 de Dezembro de 2000

### **Jorge Manuel Ferreira Maria**

#### *A Tecnologia dos SIG Aplicada à Determinação de Percursos Turísticos – Implementação de Algoritmos e Aplicação a uma Rede Urbana*

Neste trabalho, foram identificados e enquadrados, em termos de Investigação Operacional, um conjunto de problemas que se podem colocar aquando da determinação de percursos turísticos em meio urbano.

Tendo por base a teoria de grafos e optimização em redes, implementaram-se algoritmos para determinação do caminho mais curto mono-objectivo e bi-objectivo. Enquanto que em relação ao primeiro, existem algoritmos exactos que devolvem a solução óptima, relativamente ao segundo, uma vez que consideramos objectivos antagónicos, não se pode falar em solução óptima mas antes em soluções eficientes. Implementou-se um método interactivo que, na fase de cálculo, utiliza um algoritmo de k-caminhos mais curtos para determinar aquelas soluções. Foram ainda desenvolvidas heurísticas, para outros problemas, que procuram obter soluções consideradas "boas" obedecendo a restrições de índole prática.

Os SIG constituem um meio privilegiado para a criação de sistemas de informação e promoção turística por permitirem a implementação computacional de técnicas matemáticas (col-

matando assim, algumas carências em termos de capacidade analítica) com a representação espacial e respectiva visualização sobre mapas dos resultados obtidos. Tirando proveito deste facto, desenvolveu-se um protótipo de SIG que confere ao utilizador uma perspectiva mais realista sobre aquilo que se propõe analisar ou decidir.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 5 de Abril de 2001





## Mestrado em Gestão e Economia da Saúde

### *Qualidade dos Cuidados Hospitalares: A Voz dos Doentes*

**António Sampaio Monteiro**

A medição da satisfação dos doentes e da sua apreciação sobre os múltiplos aspectos dos cuidados hospitalares é uma componente indispensável sempre que visa a avaliação da qualidade dos cuidados de saúde prestados. O propósito deste estudo tem em vista os seguintes objectivos:

- Identificar áreas de excelência dos múltiplos aspectos da qualidade dos cuidados hospitalares.
- Captar tendências na avaliação dos doentes.
- Detectar oportunidades de melhoria na qualidade dos cuidados oferecida.
- Contribuir para a implementação dum processo de melhoria contínua da qualidade dos serviços.

Desenvolvemos uma investigação predominantemente descritiva e tendencialmente analítica, com base nos dados resultantes da aplicação dum instrumento para a avaliação da qualidade hospitalar – o questionário "Como Vê o Seu Hospital?" -, em uso no Centro de Estudos e Investigação em Saúde. Foi definida uma amostra proporcionalmente representativa das variáveis idade, sexo e serviço com um tamanho de 999 doentes, o que corresponde a 47,4% da totalidade dos doentes internados num Hospital de Coimbra no primeiro trimestre de 1999.

A partir das avaliações médias das áreas de qualidade hospitalar, verificamos que as dimensões Pessoal Médico, Cuidados Diários e Pessoal de Enfermagem obtiveram classificações ligeiramente acima de 60%. Com mais de 50% e menos de 60% situaram-se as dimensões Outro pessoal, Informação, Admissão, Limpeza e Alta. A Estadia e a Alimentação obtiveram pontuação inferior a 50%. Considerando apenas a percentagem de excelentes, mantém-se sensivelmente a mesma tendência. O índice de Satisfação Global é de 63,5% e a escalas que traduzem a Opinião Geral classificam-se à volta dos 57%.

Relativamente a algumas atitudes de satisfação, designadamente, o bom tratamento recebido, a intenção de recomendar o hospital e de a ele voltar em caso de necessidade, o nível de concordância é superior a 90%. A partir das respostas às questões abertas, verificamos que os doentes voltariam ao hospital porque tiveram um bom tratamento, não voltariam devido às más condições hoteleiras, que, justamente, consideram a principal área a melhorar. Sentiram-se agradavelmente surpreendidos com as relações interpessoais com o pessoal e desagradavelmente surpreendidos com a gravidade da sua doença e com as más condições hoteleiras. Nos testes de associação entre os indicadores de qualidade e o sexo, sempre que se verifica a existência de relação estatisticamente significativa, os homens são os que atribuem uma pontuação mais generosa. Verifica-se uma relação estatisticamente significativa entre a sub-hipótese Rendimento do próprio e a qualidade do hospital. As sub-hipóteses admitidas sobre alguns aspectos da qualidade hospitalar mostraram uma relação estatisticamente significativa com a qualidade do hospital e com a satisfação global.

Os objectivos expressos foram atingidos. Todavia por forma a construir um quadro mais sólido e persistente, é necessário dar continuidade a esta prática de ouvir os doentes. Verificamos que, em geral, a qualidade relacional do pessoal é de bom nível, mas a avaliação do grupo dos maqueiros justifica uma intervenção capaz de proporcionais melhorias no seu desempenho. Destacam-se negativamente as condições hoteleiras do hospital, nomeadamente o alojamento, a alimentação e o estacionamento. Os aspectos relacionados com a informação aos doentes também indicam a necessidade de uma maior atenção, tanto durante a hospitalização como na preparação para a alta. Finalmente, consideramos que os dados encontrados, para além de deverem ser objecto de análise, reflexão e intervenção correctiva das diferentes entidades do hospital, também devem ser publicamente divulgados não só como sinal de uma maior abertura à comunidade mas também como uma atitude para potenciar maior confiança desta no hospital.

### Ana Paula Prata Amaro de Sousa

#### *Impacto Redistributivo dos Benefícios Fiscais na Área da Saúde em Portugal 1980-1990*

Em 1987, o estado pretendendo reduzir as despesas públicas e incentivar a passagem de uma parte significativa dos utentes do SNS para o sector privado, baixou o nível de participações na saúde, introduziu taxas moderadoras e admitiu a dedução da totalidade dos gastos em saúde no novo imposto único sobre o rendimento que veio a ser introduzido em 1989.

O impacto redistributivo das alterações do regime de benefícios fiscais na área da saúde ainda não foi estudado de forma aprofundada, pelo que, se torna importante o seu estudo.

Este trabalho analisa a evolução dos benefícios fiscais na área da saúde em Portugal entre 1980-1990, analisa a sua distribuição por grupos da população e por níveis de rendimento medindo a equidade vertical do sistema de abatimentos das despesas em saúde.

É um estudo descritivo, baseado na análise das bases de dados dos Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares de 1980/81 e aos Orçamentos Familiares de 1989/90, cedidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

Os resultados levam-nos a concluir que houve um aumento acentuado dos benefícios fiscais na área da saúde no período em estudo, que a possibilidade da dedução total das despesas em saúde no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, não só, torna o sistema de imposto menos progressivo como, também, torna o financiamento da saúde menos equitativo, pois, são os agregados mais ricos da população que maior benefício obtêm.

A redistribuição efectuada beneficia em muito os agregados mais ricos, incentivando-os a um aumento da despesa privada em saúde. Os mais pobres, na sua maior parte isentos de imposto, ao terem também despesas privadas em saúde, estas, manifestam-se claramente como um encargo excessivo, visto não usufruírem do benefício fiscal.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2 de Fevereiro de 2001

### Conceição Fernandes da Silva Neves

#### *Qualidade de vida em pessoas com diabetes Mellitus*

O principal objectivo desta investigação foi avaliar a qualidade de vida relacionada com a saúde nas pessoas com diabetes mellitus de acordo com os diferentes tipos de tratamento, bem como identificar algumas variáveis que concorrem para influenciar a percepção que a pessoa tem acerca do seu estado de saúde.

Para o efeito, procedeu-se a um estudo transversal numa amostra de 423 pessoas com diabetes seguidas nas consultas externas de cinco hospitais da zona centro do país.

O instrumento de medição utilizado continha uma escala genérica de qualidade de vida o Short Form 36 (SF-36), uma escala específica de qualidade de vida para pessoas com diabetes o Diabetes Health Profile (DHP), validado ao longo deste trabalho e uma escala de depressão o Beck Depression Inventory (BDI).

Das pessoas estudadas, a maioria tinha idade superior a 50 anos (53,7%), eram casados (65,5%), e tinham um nível de instrução básico ou inferior (55,3%).

Em termos de características clínicas a maioria, eram diabéticos do tipo 2 (62,6%), tinham diabetes há menos de 10 anos (55,3%) com diversas complicações crónicas, tais como retinopatia (37,8%), nefropatia (27,4%), neuropatia (39,5%), hipertensão arterial (42,6%), lesões nos membros inferiores (13,2%) e acidente vascular (11,3%). Também se destacaram algumas complicações agudas, nomeadamente hipoglicemia severa (16,6%) e hiperglicemia grave (57,2%). A maior parte fazia autocontrolo glicémico (89,4%) e apresentaram valores de HbA1c superiores a 7,5%, (56%).

As pessoas com diabetes tipo 1 que faziam tratamento intensivo apresentaram uma qualidade de vida mais satisfatória do que as que faziam tratamento convencional, com diferenças estatisticamente significativas nas dimensões função física e vitalidade do SF-36.

As pessoas com diabetes tipo 2 que faziam tratamento só com antidiabéticos orais apresentaram uma qualidade de vida mais satisfatória do que as que faziam tratamento





só com insulina, tendo-se verificado diferenças estatisticamente significativas em todas as dimensões dos dois instrumentos (SF-36 e DHP).

Os resultados sugerem um impacto negativo de algumas características clínicas, nomeadamente das complicações agudas e crónicas, assim como de diferentes quadros depressivos na percepção da qualidade de vida relacionada com a saúde das pessoas com diabetes mellitus.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 9 de Março de 2001

### **Maria Eugénia Fernandes Morais Gerónimo**

#### *A Criança com Doença Cardíaca – contributos para compreender as repercussões da doença ao nível familiar e social*

A doença cardíaca congénita é a forma mais comum de doença cardíaca em crianças, e envolve entidades clínicas complexas de natureza estrutural, resultantes de uma alteração no desenvolvimento embrionário do coração. A sua incidência está estimada entre os 8 a 10 por cada mil nado-vivos.

Com o objectivo de compreender as repercussões da doença na criança e na família realizámos um estudo de carácter exploratório na consulta externa de Cardiologia Pediátrica do Hospital Pediátrico de Coimbra, tendo sido utilizado como instrumento de colheita de dados o questionário, composto por diversas questões onde se incluíram áreas temáticas tais como: caracterização do agregado familiar, acessibilidade aos serviços de saúde, gastos com a saúde, qualidade de vida, repercussões da doença no contexto familiar e satisfação com os serviços e cuidados, entre outros.

Em termos descritivos, os resultados mostraram que: o agregado familiar é em média composto por quatro elementos, e nenhuma das mães na altura do parto tinha mais de 40 anos. As condições habitacionais são boas e o rendimento médio mensal da família é inferior a 150 mil escudos. No último mês, os gastos com a saúde rondaram em média os 23 mil escudos, havendo famílias que gastaram mais de 50 mil escudos e outras que não gastaram nada. A maioria, 85,7% concorda

que teve toda a informação no momento do diagnóstico e 68,2% referem ter tido também todo o apoio necessário nesse momento. As limitações decorrentes da doença só são verbalizadas por 30% dos inquiridos, e quanto à realização das actividades só 25,3% não puderam desempenhar todas as actividades previstas nas duas últimas semanas.

A associação entre variáveis (ANOVA) demonstrou que as famílias com maior rendimento mensal, gastam mais em consultas médicas, enquanto que as de menor rendimento têm maiores encargos em medicamentos para fazer face à doença. O teste t para diferença de médias, permitiu concluir que as famílias cujas crianças foram operadas, tiveram maiores encargos com transportes.

Das conclusões, do estudo, ressaltam pelo menos dois aspectos importantes: que o impacto da doença cardíaca congénita na família, gera habitualmente momentos de grande ansiedade, acompanhados por vezes de outros factores de stress tais como: a adaptação ao ambiente hospitalar, o desconhecimento da linguagem utilizada pelos profissionais, a terapêutica instituída e até a ameaça de morte iminente, e ainda que a doença é difícil de suportar e talvez nem sempre seja dado o apoio necessário.

Deste modo, a criação/alargamento do espaço de diálogo destinado aos pais implicando todos os intervenientes no processo de cuidados, pode ser uma solução que contribua para minorar alguns constrangimentos e melhorar não só a relação de confiança mas também o bem-estar da criança / família.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 26 de Março de 2001

### **Miguel João Sousa Vieira**

#### *Análise de um sistema capitolacional de financiamento dos cuidados de saúde em doentes com Insuficiência Renal Crónica Terminal*

Apresenta-se um modelo de reembolso dos cuidados de saúde renais fundado numa sistematização do mercado de serviços de saúde renais. O modelo proposto deverá atender às particularidades da função produção dos cuidados de saúde renais, promover a eficiência e desincentivar a selecção do risco.

Começa-se por uma descrição sintética das diferentes TSFR, com uma referência breve às características da procura e da oferta no mercado dos cuidados de saúde renais para IRCT. A este propósito, houve lugar a uma análise da estrutura de mercado existente no sector dos tratamentos por hemodiálise em unidades privadas de saúde. Foi defendida a ideia de que o mercado se caracteriza por um monopólio bilateral cujo equilíbrio é indeterminado. O resultado está dependente da capacidade negocial dos jogadores em presença.

De seguida, teve lugar uma análise das condições de financiamento dos cuidados de saúde renais em Portugal. Os serviços produzidos em unidades de propriedade estatal e propriedade privada foram objecto de um tratamento separado. Do estudo da oferta pública, destaca-se a inexistência de incentivos à maximização da produtividade. Do lado da provisão de cuidados de saúde por unidades privadas, começou-se por identificar a configuração do reembolso dos serviços de hemodiálise, tendo sido discutido a seguir um modelo económico capaz de identificar os parâmetros que determinam o comportamento do nefrologista, num ambiente em que este agente do IRCT é obrigado a maximizar o benefício do doente renal e a utilidade da unidade privada de saúde.

Prosseguiu-se com a apresentação dos argumentos que permitem justificar a concepção de um sistema de reembolso prospectivo por capitação dos cuidados de saúde renais. Começou-se por identificar a função produção associada a um sistema de cuidados de saúde renais e considerou-se o formato dum sistema de reembolso prospectivo por capitação.

Os sistemas de financiamento prospectivo criam incentivos nos prestadores à racionalização das decisões e promovem a manifestação de comportamentos de selecção do risco. Apresenta-se um modelo de reembolso per capita com ajustamento ex-post, que a partir de uma formalização do comportamento de selecção do risco sugere um mecanismo de ajustamento ao risco capaz de assegurar incentivos para decisões conscientes do custo, sem conduzir a um resultado de selecção do risco.

Suportado em dados de uma amostra de IRCT em tratamento por hemodiálise, na

CDR-Clínica de Doenças Renais, ao longo do ano de 1996, simulou-se a utilização de um reembolso per capita com duas metodologias de ajustamentos ao risco alternativas: ex-ante e ex-post.

A construção teórica apresentada permite defender o valor dum modelo de reembolso prospectivo per capita com ajustamento ex-post. Os dados recolhidos não parecem contradizer esta conclusão. Sugere-se cautela nas extrapolações e recomenda-se uma análise dos dados num contexto em que seja possível conceber planos de saúde efectivamente concorrenciais.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 11 de Maio de 2001

